

A CLASSE MÉDIA PAGA

O governo decidiu pagar o preço da impopularidade e da redução do crescimento e anunciou ontem um pacote de 51 medidas de ajuste das contas públicas, para enfrentar a crise internacional das bolsas e defender o real de novos ataques especulativos (ver quadro). A conta foi repassada para os contribuintes e consumidores da classe média e os funcionários públi-

cos, sobre quem cairá o peso maior do ajuste. Os 8% de brasileiros que pagam Imposto de Renda suportarão um aumento de 10% no recolhimento na fonte a partir de janeiro; os donos de automóveis pagarão 5% em média a mais pelos combustíveis a partir de segunda-feira; os servidores públicos federais ficarão mais um ano sem reajuste, e 33 mil deles, que não têm estabili-

dade, poderão ser demitidos a partir do próximo ano. Na área tributária, o governo elevou também em cinco pontos percentuais o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos automóveis, das bebidas em 10%, e cortou pela metade os incentivos fiscais das empresas. O aumento das tarifas públicas será acelerado, respeitado o prazo de reajuste anual.

AMEAÇA DE RECESSÃO

O pacote fiscal, que vai gerar uma economia de cerca de R\$ 20 bilhões, entre aumento de receitas e corte de despesas, deve reduzir o crescimento da economia a 2%, metade da previsão inicial, segundo estimativas da própria equipe econômica. Mais do que compensar o aumento da taxa de juros, decretado na semana passada para conter a especulação contra o real, o pacote tem a finalidade de melhorar a imagem do país nos mercados externos: destina-se a mostrar aos investidores internacionais que o governo está disposto a reduzir o déficit público, e com isso melhorar a situação das contas externas. "Com a crise, o déficit deixou de ser tolerável. Tomamos as medidas que eram necessárias, não apenas as que eram possíveis. Agora vamos criar as condições políticas para aprová-las", disse ao Correio o ministro do Planejamento, Antônio Kandir. As medidas que foram baixadas por Medida Provisória, como o aumento do IR, terão de ser ainda aprovadas pelo Congresso. Outras serão adotadas por decreto presidencial e portarias dos ministros. "A pessoa física já está muito comprometida. O governo pode tirar esses recursos de outras fontes", reagiu o presidente do Congresso, senador Antônio Carlos Magalhães ao aumento do Imposto de Renda.

Ao anunciar as medidas, que considerou "rigorosas", o ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse que elas não significam mudança de rumo da política econômica, mas a reafirmação do compromisso do governo de defender o real. Ele voltou a descartar a possibilidade de desvalorização da moeda. "Estamos acelerando o ajuste por causa das turbulências do mercado financeiro internacional, que não parecem ser de curta duração", disse Malan.

O pacote tem por objetivo obter resultados positivos na balança comercial, reduzindo as importações e o déficit, e no caixa do governo, levando a um superávit primário em torno de 2% do Produto Interno Bruto (PIB). O ministro do Planejamento, Antônio Kandir, também destacou que o governo está dando uma resposta ao desafio imposto pela crise. "O Brasil não é um país-avestruz", afirmou.

FREIO NAS VIAGENS

A redução de US\$ 500 para US\$ 300 o limite para as compras nos free shops dos aeroportos brasileiros e a elevação da taxa de embarque de US\$ 18 para US\$ 90 são duas das medidas que afetarão diretamente os turistas em viagens internacionais. Na chegada ao País, o viajante terá que preencher, a partir de agora, uma declaração informando ao governo tudo o que comprou lá fora. Se a bagagem for checada e os dados não conferirem, haverá penalidades. O limite para compras no exterior continua US\$ 500.

Para reduzir as importações, uma nova medida deverá ser anunciada ainda nesta semana. Trata-se da elevação da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul em 3 pontos percentuais, que atingirá 9 mil produtos. Esse aumento das tarifas foi acertado hoje durante encontros do ministro Malan com o ministro da

Demissão de 33 mil servidores; suspensão de reajustes para todos os servidores, e das horas extras para cargos comissionados; redução de 10% do número de DAS; extinção de 70 mil cargos; restrição do preenchimento de novos cargos; e fim dos décimos.

Suspensão de novas concessões do benefício assistencial a idosos; manutenção da idade mínima de 70 anos para a concessão do benefício; recadastramento dos beneficiários; e revisão da aposentadoria proporcional do servidor público.

Aumento da taxa de embarque de US\$ 18 para US\$ 90; fiscalização mais rigorosa das bagagens e penalidades para o excesso; e redução de US\$ 500 para US\$ 300 da isenção para compras em free shops.

Adicional de 10% sobre o Imposto de Renda devido, a vigorar nos próximos dois anos, e estabelecimento de limite global de 20% para deduções de gastos com educação e saúde.

Economia da Argentina, Roque Fernandez. Os dois consultaram por telefones os outros dois parceiros no Mercosul: o Uruguai e o Paraguai.

O governo vai ainda estimular as exportações, ao permitir o financiamento por adiantamento de receita para os produtores de insumos que são usados em produtos destinados ao mercado externo, e criar um Fundo de Aval para a pequena e a média empresas exportadoras. O fundo será bancado com US\$ 300 milhões do dinheiro de contas bancárias fantasmas — que não foram recadastradas em 1994.

EXTINÇÃO DE CARGOS E DAS

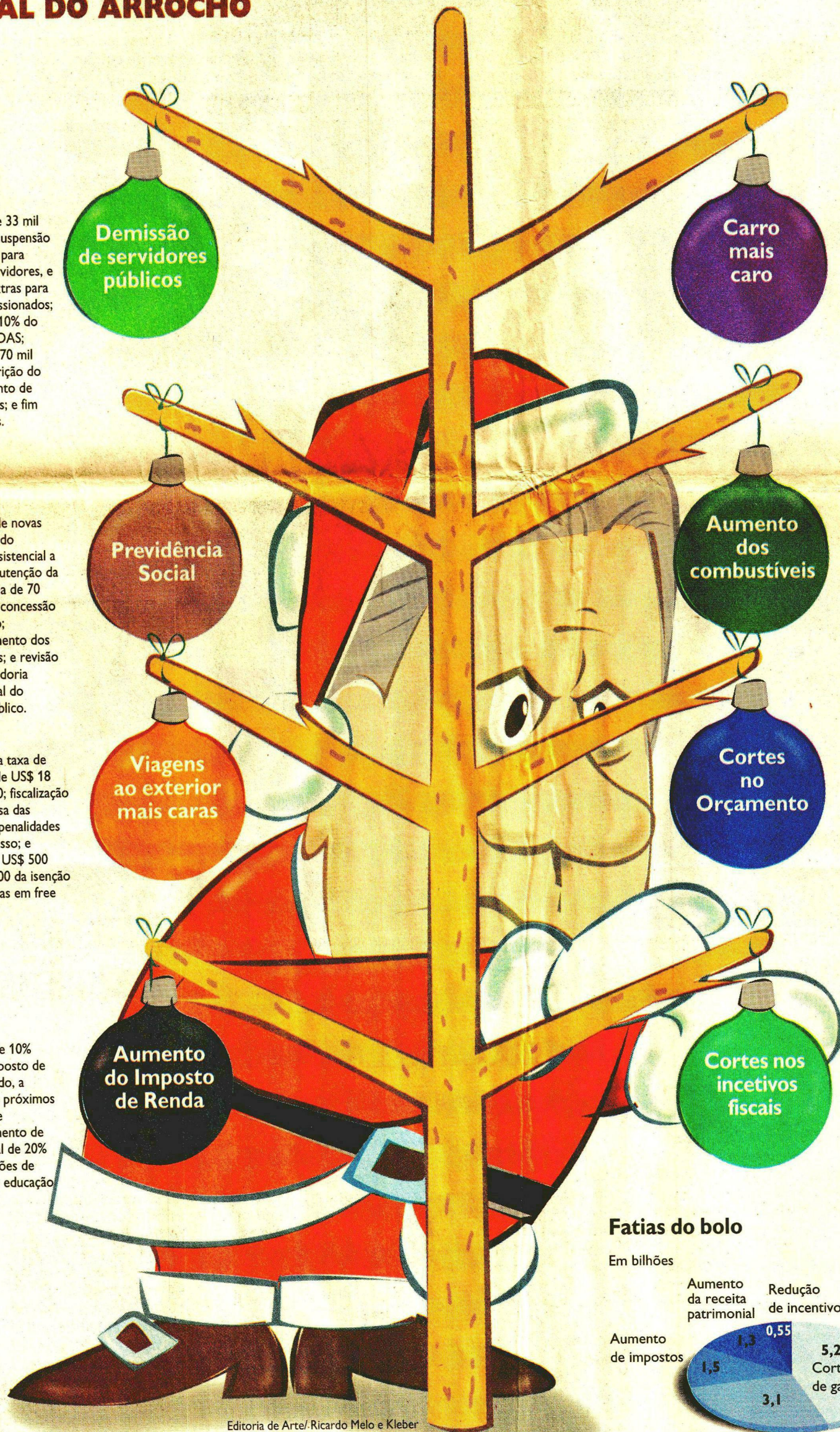
O ministro Kandir anunciou também a extinção de 70 mil cargos efetivos da administração civil que estão vagos e a redução de 1.700 postos de Direção de Assessoramento Superior (DAS), ou 10% do total, com prazo de 90 dias para os Ministérios se ajustarem. O pacote impõe limites para a concessão de créditos por instituições financeiras a estados e municípios,

que tiveram também limitados as operações de antecipação de receita orçamentária, as ARO.

Do ganho de R\$ 20 bilhões estimados com o pacote de ajuste fiscal, R\$ 11,8 bilhões serão a contribuição do governo federal, R\$ 4,8 bilhões das estatais e R\$ 3,0 bilhões dos estados e municípios. O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, disse que o governo não pretende anunciar uma meta para o superávit primário (receita menos despesas, excluindo o pagamento dos juros) de 1998.

Parente disse apenas que a previsão era de um superávit de 1,5% do PIB e que, com as medidas, "será substancialmente maior". Ao contrário do que foi informado na semana passada, o pacote fiscal não prevê redução de despesas no Orçamento da União deste ano. Os cortes anunciados pelo ministro Kandir, no valor de R\$ 5,3 bilhões, referem-se unicamente ao Orçamento da União de 1998. No início da noite de hoje o Ministério da Fazenda explicou que os cortes do Orçamento de 1997 deverão ser anunciados ainda esta semana.

NATAL DO ARROCHO



Demissão de servidores públicos

Previdência Social

Viagens ao exterior mais caras

Aumento do Imposto de Renda

Carro mais caro

Aumento dos combustíveis

Cortes no Orçamento

Cortes nos incentivos fiscais

Revisão geral da tabela do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), com elevação imediata das alíquotas sobre automóveis e bebidas. O imposto maior será pago pelas fábricas, que deverão repassar o custo para o consumidor.

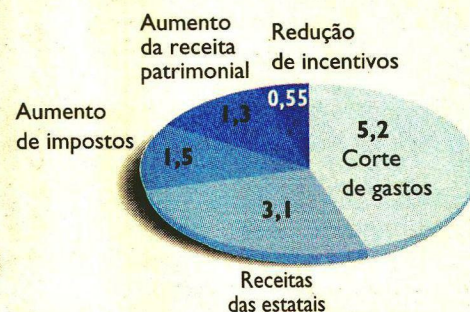
Elevação dos preços dos derivados do petróleo (gasolina, óleo diesel e gás de cozinha) e álcool, com a apropriação integral dos ganhos para o governo.

Redução em 15% dos gastos com custeio (água, luz, limpeza, etc); corte de 6% no valor dos investimentos para o próximo ano; e redução da estrutura e dos custos dos ministérios.

Redução linear — em 50% — de todos os incentivos setoriais, como aqueles destinados a projetos culturais, e regionais (Finor e Finam, por exemplo). Revisão com redução dos incentivos à informática.

Fatias do bolo

Em bilhões



Editoria de Arte/Ricardo Melo e Kleber